

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	15
NOTA DOS AUTORES À 4ª EDIÇÃO	19
NOTA DOS AUTORES À 3ª EDIÇÃO	21
NOTA DOS AUTORES À 2ª EDIÇÃO	23
NOTA DOS AUTORES À 1ª EDIÇÃO	25
AGRADECIMENTOS	29
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	31
CAPÍTULO 1. AUDIÊNCIA TRABALHISTA: COMPREENSÃO GERAL E REGÊNCIA JURÍDICA BÁSICA	41
1.1. Audiência: Experiência Multidimensional.....	41
1.1.1. Audiência e Sessão. Distinção	42
1.1.2. Espécies de Audiência Trabalhista.....	43
1.2. Horário, local e duração das audiências trabalhistas.....	44
1.3. Organização da pauta de audiências	47
1.3.1. Realização de audiência por meios eletrônicos.....	49
1.3.2. Realização da audiência por carta precatória, carta de ordem ou carta arbitral	52
1.4. Importância da presença de profissional da advocacia.....	53
1.5. Análise de regularidade das notificações iniciais	58
1.6. O pregão	58
1.7. Atrasos das partes.....	61
1.8. Atrasos do juiz	64
1.9. Representação em audiência	66
1.9.1. Representação dos trabalhadores em audiência em reclamações individuais.....	66

1.9.2.	Parte presa	68
1.9.3.	Trabalhadores incapazes	70
1.9.4.	Representação dos trabalhadores em audiência em reclamações plúrimas	71
1.9.5.	Representação dos trabalhadores em audiência em reclamações de sindicatos.....	72
1.9.6.	Espólio.....	72
1.9.7.	Representação dos empregadores.....	74
1.9.7.1.	Advogado preposto	77
1.9.7.2.	Substituição do preposto faltante minutos antes da audiência.....	77
1.9.7.3.	Empregador doméstico	79
1.9.7.4.	Condomínio.....	79
1.9.7.5.	Grupo econômico.....	79
1.9.7.6.	Administração Pública direta, autárquica e fundacional....	80
1.9.7.7.	Massa falida e recuperação judicial.....	81
1.10.	Intervenção do Ministério Público do Trabalho nos procedimentos trabalhistas	81
1.11.	Publicidade das audiências.....	81
1.12.	Poder de polícia	82
1.13.	Outras utilidades das atas de audiência.....	86
1.14.	Gravação das audiências e degravação dos depoimentos	86

CAPÍTULO 2. PREPARAÇÃO PARA AS AUDIÊNCIAS TRABALHISTAS..... 93

2.1.	Primeiras providências a serem tomadas pelo advogado: agendamento e verificação do tipo de audiência a ser realizada	93
2.1.1.	Audiências inaugurais	93
2.1.2.	Audiências de instrução	94
2.1.3.	Audiências unas.....	94
2.1.4.	Audiências de encerramento de instrução	94
2.1.5.	Audiências de conciliação em reclamações individuais ou plúrimas	95
2.1.6.	Audiências de conciliação em dissídios coletivos	95
2.1.7.	Audiências de conciliação em execução	95
2.1.8.	Audiências virtuais (telepresenciais ou por videoconferência).....	96
2.2.	Importância do comparecimento dos advogados a todas as audiências	97
2.3.	Estudo do processo	97
2.3.1.	Levantamento dos fatos e teses.....	98
2.3.2.	Análise das provas constantes dos autos e sua situação jurídica ...	98

2.3.3.	Análise de possível distribuição ou inversão do ônus da prova	98
2.3.4.	Solicitação ou exigência de novas provas documentais	98
2.3.5.	Solicitação de indicação, convite, intimação, arrolamento e condução de testemunhas nas audiências unas e nas audiências de instrução	99
2.4.	Apontamentos escritos e lista de possíveis perguntas	100
2.5.	Orientações práticas às partes e testemunhas pelos advogados	100
2.5.1.	Levantamento dos fatos conhecidos pelos futuros depoentes	100
2.5.2.	Ensaio – simulação da tomada de depoimentos e manipulação. Distinção	101
2.5.3.	A arte de saber quando não levar testemunhas	102
2.5.4.	Outras orientações práticas	102
2.6.	A preparação do magistrado para a audiência	105
CAPÍTULO 3.	AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO	107
3.1.	Referenciais normativos básicos da conciliação trabalhista	107
3.2.	A importância do diálogo prévio à audiência trabalhista	110
3.3.	Dinâmica da pauta de audiências e sua contribuição para uma solução conciliada dos conflitos	111
3.4.	A criação de um ambiente propício à conciliação	112
3.5.	Algumas dicas para uma boa dinâmica conciliatória na audiência trabalhista	115
3.6.	Acordo por quitação	122
3.7.	Acordo por mera liberalidade	124
3.8.	Acordo parcial	125
3.9.	Audiência para apreciação de acordo extrajudicial	126
3.10.	Audiência de Conciliação na Etapa Recursal	130
3.11.	Audiência de Conciliação na Etapa Liquidatória	131
3.12.	Audiência de Conciliação na Etapa Executiva	131
3.13.	As audiências nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejusc-JT)	136
3.14.	Audiências em eventos institucionais de conciliação	139
3.15.	Conteúdo e homologação do acordo em juízo	141
3.15.1.	Detalhamentos ou esclarecimentos dos acordos em juízo	141
3.15.2.	Apreciação judicial dos acordos	146
3.15.3.	Utilização da ata de audiência como alvará judicial	147
CAPÍTULO 4.	AUDIÊNCIA INICIAL OU INAUGURAL	149
4.1.	Audiência una ou audiência fracionada. Aprofundamento das diferenças ...	149

4.2.	Arquivamento	154
4.3.	Revelia.....	159
4.4.	Adiamento.....	164
4.4.1.	Adiamento a requerimento de uma das partes.....	164
4.4.2.	Adiamento a requerimento conjunto das partes.....	167
4.4.3.	Adiamento por vícios ou falta das comunicações processuais.....	167
4.4.4.	Adiamento por inobservância do interstício legal	168
4.4.5.	Adiamento por determinação judicial	169
4.5.	Tentativa de acordo	169
4.6.	Alteração da petição inicial (aditamento do pedido ou da causa de pedir)....	170
4.7.	Desistência do autor	171
4.8.	Defesas do reclamado	172
4.8.1.	Exceção de incompetência territorial	172
4.8.2.	Contestação	176
4.8.3.	Reconvenção.....	179
4.8.4.	Oposição ao Juízo 100% Digital	180
4.9.	Réplica	181
4.10.	Prosseguimento	182

CAPÍTULO 5. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO..... 185

5.1.	Audiência de instrução.....	185
5.2.	Depoimento das partes.....	200
5.3.	Confissão judicial e extrajudicial.....	211
5.3.1.	Confissão real	211
5.3.2.	Indivisibilidade da confissão.....	213
5.3.3.	Ineficácia da confissão envolvendo direitos indisponíveis.....	214
5.3.4.	Anulação da confissão	214
5.4.	Confissão ficta	215
5.4.1.	Confissão ficta pelo não comparecimento do litigante.....	216
5.4.2.	Confissão ficta pela recusa de depor ou responder questionamentos do juiz	223
5.5.	Inquirição do perito	226
5.5.1.	Distinção da prova oral envolvendo testemunha e perito	228
5.5.2.	Inquirição do perito para esclarecimentos complementares ao laudo	228
5.5.3.	Inquirição do perito em razão de deferimento de perícia simplificada	230
5.6.	Inquirição de testemunhas.....	231

5.6.1.	Limitação de testemunhas no processo do trabalho	239
5.6.2.	Obrigação legal de testemunhar	243
5.6.3.	Comparecimento e intimação das testemunhas.....	247
5.6.4.	Ordem dos depoimentos	252
5.6.5.	Identificação do depoente	253
5.6.6.	Indivíduos aptos a deporem como testemunha	254
5.6.7.	Compromisso legal e contradita da testemunha	264
5.6.8.	Inquirição.....	268
5.6.9.	Oitiva do depoente na condição de informante	274
5.6.10.	Registro dos depoimentos	276
5.6.11.	Acarea��o	278
5.6.12.	Carta precatória	279
5.6.13.	Produção antecipada de prova testemunhal	280
5.6.14.	Embaraços causados pela testemunha.....	280
5.7.	Prova emprestada	289
5.8.	Prova documental.....	293
5.9.	Inspeção judicial	294
5.10.	Razões finais	296
5.11.	Renovação da proposta conciliatória	298
5.12.	Julgamento	299
5.13.	Audiência e a nova Lei de Abuso de Autoridade.....	303
5.13.1.	Noções gerais	303
5.13.2.	Dos crimes de abuso de autoridade.....	304
5.13.3.	Modo e efeitos da comunicação de possível abuso de autoridade..	308
5.14.	As provas digitais nas audiências trabalhistas	309
5.14.1.	Questões introdutórias.....	309
5.14.2.	Depoimento das partes e direito digital	312
5.14.3.	Contradita de testemunha e comprovação mediante prova digital....	313
5.15.4.	As diversas possibilidades de uso de prova digital durante a instrução	316
CAPÍTULO 6. �NUS DA PROVA		325
6.1.	�nus da prova. Considerações introdutórias	325
6.2.	Cr�terio legal ou est�tico de distribuição do �nus da prova	327
6.3.	Cr�terio dinâmico de atribuição do �nus da prova.....	328
6.4.	Distribuição consensual do �nus probatório.....	331
6.5.	Momento e forma da determinação judicial de inversão do �nus da prova.....	332

6.6.	Adiamento da audiência em razão da inversão do ônus da prova	333
6.7.	Fixação do ônus probatório diante de prova impossível ou excessivamente difícil.....	335
6.8.	Quadro de distribuição do ônus da prova e questões relevantes de fato a serem provadas no processo do trabalho.....	336

CAPÍTULO 7. AUDIÊNCIAS ESPECIAIS 351

7.1.	Audiências nos processos pelos ritos sumário e sumaríssimo	351
7.2.	Audiências no inquérito judicial para apuração de falta grave.....	355
7.3.	Audiência na ação de consignação em pagamento	355
7.4.	Audiência de justificação prévia	363
7.5.	Audiência para produção antecipada de provas.....	365
7.6.	Audiência em ação monitória	368
7.7.	Audiência em ação civil pública.....	369
7.8.	Audiências na fase de execução.....	371
7.8.1.	Conciliação	371
7.8.2.	Embargos à execução	372
7.8.3.	Embargos de terceiro	373
7.9.	Audiências nos tribunais	373
7.9.1.	Regras gerais	373
7.9.2.	Espécies de audiências nos tribunais	375
7.9.2.1.	Audiência pública	375
7.9.2.2.	Audiências em ações rescisórias.....	377
7.9.2.3.	Audiências nos dissídios coletivos.....	378

CAPÍTULO 8. AUDIÊNCIAS VIRTUAIS 385

8.1.	Audiências virtuais no ordenamento jurídico brasileiro	385
8.2.	Audiências não presenciais e processo do trabalho.....	388
8.3.	Audiências por videoconferência fora dos fóruns. Premissas	389
8.4.	Algumas possíveis respostas aos dilemas em torno das audiências telepresenciais	393
8.4.1.	Fazer ou não fazer audiências virtuais: eis a questão	393
8.4.2.	Vontade das partes e advogados como condição para marcação ou realização das audiências telepresenciais	397
8.4.3.	Interrupção das audiências por problemas técnicos	399
8.4.4.	A incomunicabilidade dos depoentes	400
8.4.5.	Participação remota dos advogados	403
8.4.6.	Audiências híbridas: a assimetria de percepção.....	404

8.5.	Transcrever ou não transcrever os depoimentos colhidos virtualmente: eis a questão.....	404
8.6.	Audiências virtuais no futuro, passados os transtornos da pandemia	407
8.7.	Audiências virtuais, metaverso e inteligência artificial.....	408
8.8.	Audiências virtuais e o bem-estar de seus usuários	409
8.9.	Audiências virtuais e “banalização” da audiência como ato solene	410
CAPÍTULO 9. RAZÕES FINAIS E SUSTENTAÇÃO ORAL.....		411
9.1.	Razões finais	412
9.1.1.	Substituição das razões finais orais por memoriais	414
9.1.2.	Montagem e apresentação das razões finais orais ou escritas.....	416
9.1.3.	Alegações finais escritas e memoriais nas vésperas do julgamento: distinção	420
9.2.	Sustentação oral.....	420
9.2.1.	Cabimento	420
9.2.2.	Deliberação pela apresentação de sustentação oral	424
9.2.3.	Inscrição e preferência para a sustentação oral	424
9.2.4.	Prazo de sustentação oral	425
9.2.5.	Ordem das sustentações orais	426
9.2.6.	Sustentação oral remota	427
9.2.7.	Sustentação oral no Plenário Virtual	427
9.2.8.	Memoriais para o julgamento dos feitos nos tribunais	429
9.2.9.	Preparação e apresentação da sustentação oral	432
9.2.10.	Sustentar ou não sustentar: eis a questão. Quando, a despeito de inscrito, deve o advogado deixar de sustentar	434
9.2.11.	Questões de ordem após o momento da sustentação oral.....	436
9.2.12.	Quando a sustentação oral deve ser considerada bem-sucedida?..	437
9.2.13.	Registro da presença do advogado sem sustentação oral.....	437
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		439